

**IDENTIDADE(S) NO ESTADO NOVO:  
A NACIONALIZAÇÃO E OS TEUTO-BRASILEIROS**

Sérgio Luiz Marlow<sup>i</sup>

Vânia Maria Losada Moreira<sup>ii</sup>

**RESUMO**

Uma das propostas do Governo de Getúlio Vargas no chamado Estado Novo foi o construir um sentimento de nacionalidade entre todos que habitavam o Brasil e, se necessário, “abrasileirar” os imigrantes e seus descendentes aqui fixados. Tal proposta atingiu, em especial, os alemães e seus descendentes que, apesar de se considerarem brasileiros, desejavam também manter os traços culturais e costumes que os ligavam a sua pátria-mãe, a Alemanha, relação inaceitável para as autoridades brasileiras da época. Sendo assim, o presente artigo procura analisar os mecanismos utilizados pelo Governo do Brasil, na imposição de um projeto de nacionalização, bem como a reação dos teuto-brasileiros.

**Palavras-chaves:** Nacionalismo, Estado Novo, Teuto-brasileiros.

**ABSTRACT**

One of the proposals of the government of Getúlio Vargas in the called “New State” was to construct a feeling of nationality between whom they inhabited Brazil and, if necessary, to transform like Brazilians the immigrants and its descendants fixed here. Such proposal, reached, in special, the Germans and its descendants who, although to consider Brazilians, also desired to keep the cultural traces and customs that bound its native land-mother to them, Germany, unacceptable relation for the Brazilian authorities of the time. Being thus, the present article looks for to analyze the mechanisms used for the Government of Brazil, in the imposition of a nationalization project, as well the reaction of the teuto-brazilians.

**Key-words:** Nationalism, New State, Teuto-brazilians.

**A QUESTÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA**

Qual é a identidade de um povo? Quais são os traços característicos que podem identificar e distinguir os diversos e diferentes grupos étnicos existentes? Quais são as

características culturais, sociais que poderiam servir para uma homogeneização daqueles que habitam um mesmo território? O que serve para marcar o pertencimento, a etnicidade e a nacionalidade de um determinado povo ou nação?

Estas questões trazem à tona conceitos que precisam ser, na medida do possível, entendidos para que também possamos analisar o Estado Novo (1937-1945), período no qual o Estado Brasileiro implantou o chamado Projeto de Nacionalização, projeto este que visava não somente lançar a base para uma ideologia de “abrasileiramento” daqueles que aqui viviam, de pertencimento à nação brasileira, mas também desintegrar possíveis conflitos e resistências advindas de grupos, especialmente de imigrantes aqui residentes, os quais, no entender do Estado Brasileiro, seriam perigosos obstáculos para que esse processo realmente ocorresse.

A questão da definição da identidade étnica de um povo não é de fácil solução. Ao contrário, é um conceito dinâmico e não pode ser simplesmente definido por uma lista de fatores, como se fosse um conceito previamente estabelecido.

Serge Gruzinski adverte para as dificuldades que se tem em definir o conceito de identidade étnica, principalmente alertando para a falsa crença de ser um conceito definido e pronto. “[...] outra cilada espreita o pesquisador: a noção de identidade que atribui a cada criatura ou a cada grupo humano características e aspirações igualmente determinadas, supostamente fundadas num substrato cultural estável ou invariante” (GRUZINSKI, 2001: 52).

Para Gruzinski, a questão da conceituação do que venha a ser as características inerentes da identidade étnica dos grupos é variável, haja vista que “cada criatura é dotada de uma série de identidades que providas de referências mais ou menos estáveis, que ela ativa sucessiva ou simultaneamente, dependendo dos contextos” (GRUZINSKI, 2001:53).

Porém, Gruzinski lembra que esta situação se dá especialmente porque a questão da identidade “é uma história pessoal, ela mesma ligada a capacidades variáveis de interiorização ou de recusa das normas inculcadas”. (GRUZINSKI, 2001:53).

Ao mesmo tempo, tratando a respeito do conceito de identidade étnica como um elemento complexo e de difícil definição, Maria Celestino de Almeida afirma que esse conceito parte de uma noção de pertencimento: “a identidade de um grupo jamais se constrói do nada. Ao contrário, o sentimento de coletividade e de pertencimento ao

grupo a partir de alguma procedência comum são fatores essenciais para isso, bem como um certo compromisso entre os membros dos grupos nas ações presentes e futuras” (ALMEIDA, 2003:68).

A mesma dificuldade se dá com o termo *etnicidade*, também este termo é complexo para uma simples definição.

A *etnicidade* não é um conjunto intemporal, imutável de “traços culturais” (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinária etc), transmitido da mesma forma de geração para geração na história de um grupo, ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1997:25).

É importante ainda se destacar o pensamento de Giralda Seyferth que, ao tratar da questão da identidade étnica, afirma que a mesma assume uma posição de identificar as pessoas na sociedade.

A identidade étnica é uma das muitas manifestações da identidade social, neste caso tomada como expressão de *etnicidade*. Na medida em que categorias étnicas são utilizadas para determinar a posição dos indivíduos na sociedade a identidade étnica passa a ser a principal dimensão da identidade social (SEYFERTH, 1981: 06).

Vê-se, desta forma, como já frisado anteriormente, que a identidade étnica de um povo é um conceito dinâmico e que, ao se dar uma simples definição a ela, corre-se o risco de não se abranger todos os significados que realmente o termo tende a alcançar. Por outro lado, ele é de suma-importância para se compreender o papel dos grupos e das sociedades em geral.

Entretanto, ao falarmos sobre identidade étnica, apesar da abrangência de definições que possa existir, recorreremos a conceitos estabelecidos por Fredrik Barth que define os grupos étnicos que existem a partir das chamadas “fronteiras étnicas”.

Barth (1997:187) sustenta que, em geral, todo o raciocínio antropológico baseia-se na idéia de que as agregações humanas existem fundamentadas em uma cultura comum e entre as diferenças que distinguem os grupos étnicos. Entretanto, para Barth, o que define um grupo étnico, na verdade, não são os traços culturais distintivos de cada grupo, mas sim as fronteiras estabelecidas a partir de tais traços.

Quando se define um grupo étnico como atributivo e exclusivo, a natureza da continuidade dos traços étnicos é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira. Os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, e as características culturais de seus membros podem igualmente se transformar – apesar de tudo, o fato da contínua dicotomização entre membros e não-membros permite-nos especificar a natureza desta continuidade e investigar a forma e o conteúdo da transformação cultural. (BARTH, 1997:195).

Entende e esclarece Barth que é a fronteira étnica que define o grupo e não necessariamente a matéria cultural que ela abrange, visto que “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios de tornar manifesta a pertença e a exclusão” (Barth, 1997:195).

Giralda Seyferth, explicando a questão da identidade étnica que envolvia os grupos de imigrantes alemães no Brasil, parte do pensamento proposto por Barth sugerindo que a questão da “fronteira étnica” também pode ser aplicada neste caso, explicada por uma idéia de solidariedade e igualdade no grupo.

[a identidade étnica] é escorada por uma ideologia que especifica a relação entre aqueles indivíduos com a mesma identidade e com identidades diferentes. Subjacente à ideologia está a idéia de solidariedade e igualdade entre os participantes de uma identidade étnica comum, e oposição em relação aos que tem identidade étnica diferente. (SEYFERTH, 1981: 6).

Barth ainda lembra que as fronteiras étnicas que devem ser analisadas devem ser as fronteiras sociais.

*As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais [...] Os grupos étnicos não são simplesmente ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos. Além disso, a fronteira étnica canaliza a vida social – ela acarreta de um modo freqüente uma organização mais complexa das relações sociais e comportamentais. A identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento. (BARTH, 1997:195-196).*

Exatamente nesta linha de pensamento seguiam os teuto-brasileiros, na medida que viam certas tradições e costumes que os uniam uns aos outros e que os diferenciavam dos demais habitantes do Brasil. Precisamente as igualdades e diferenças estabelecidas pelas “fronteiras étnicas” serviam para justificar o grupo e o apresentar perante a sociedade brasileira em geral.

## O CULTIVO DA GERMANIDADE

Para os teuto-brasileiros, isto é, descendente dos imigrantes alemães, que vieram para o Brasil, um conceito, em especial, expressava sua identidade étnica e revestia-se de uma importância muito grande na conservação de certas tradições e heranças de seus antepassados. Esse conceito era expresso principalmente através da palavra *Deutschtum*, que significa Germanismo.

René Gertz nos auxilia na compreensão deste conceito e do seu valor para os teuto-brasileiros quando definiu o termo e a sua abrangência.

Germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*. É usado às vezes para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas de uma maneira geral entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática da germanidade das populações de origem alemã. (GERTZ, 1998:32).

Seyferth reforça a importância da identidade étnica germânica entre os teuto-brasileiros ao afirmar que “a questão da identidade étnica, em qualquer grupo teuto-brasileiro, está vinculada a idéia de germanidade ou germanismo (*Deutschtum*) que se apresenta com todas as características de uma ideologia étnica” (SEYFERTH, 1981:3).

Desta forma, fica claro que havia, por parte dos alemães que vieram para o Brasil, bem como dos descendentes dos mesmos, a valorização e o cultivo de traços não somente de sangue, mas culturais, religiosos e étnicos do país de origem. Havia, por assim dizer, “empenho pela conservação da pureza étnica, pela língua, por costumes e tradições alemãs” (GERTZ, 1987:93).

Apesar da evidente existência de um forte apego à pátria-mãe, através justamente através daquilo que os ligavam a ela, como língua e costumes, torna-se difícil determinar quando a ideologia do germanismo realmente assume proporções significativas no Brasil.

Provavelmente havia germanistas entre os primeiros imigrantes, mas a reflexão sobre a preservação consciente da germanidade, através da manutenção da língua, dos costumes e da pureza de sangue é algo que coincide, grosso modo, com o interesse da Alemanha pelos seus imigrados, a partir do último quartel do século 19. (GERTZ, 1998:32).

Giralda Seyferth (1981:12) entende, ao mesmo tempo, que certas instituições serviam para marcar o grupo étnico e promover, de certa forma, o cultivo da germanidade entre os teuto-brasileiros. Tais instituições faziam isso pelo cultivo da língua, preservando certos costumes e lembranças da pátria-mãe.

(Os teuto-brasileiros) cuja ideologia étnica se orienta a partir de representações tomadas de uma concepção nacionalista específica, isto é, aquela que foi introduzida na comunidade através de determinadas instituições consideradas “alemãs”: a imprensa, a escola, a sociedade de tiro, a igreja evangélica. (SEYFERTH, 1981:12).

Segundo Poutignat (1997:38), a importância de certas instituições para o desenvolvimento de uma identidade étnica foi inclusive destacada por Max Weber, para quem instituições como a imprensa e a igreja serviram como apoio à manutenção do pertencimento ao grupo étnico.

Pelo exposto acima, *Deutschtum* define uma posição de grande importância para os imigrantes alemães e seus descendentes, expressando seu pensamento a respeito de sua origem, ancestralidade, bem como sua ligação com a Alemanha.

A idéia de *Deutschtum* demarca pertencimento à etnia alemã – crença na mesma origem ou raça, no poder aglutinador da língua, na cultura compartilhada, que une todos os imigrantes alemães e seus descendentes à *Urheimat* (pátria original, a nação alemã). *Deutschtum* supõe pertencimento nacional baseado no direito de sangue e, por isso, os imigrantes e descendentes são *Deutsche* (alemães) no Brasil. (SEYFERTH, 1999:204).

Sendo assim, com a difusão consciente ou não do conceito de germanidade, a partir do fim do século XIX e início do século XX, o que se viu foi sua ascensão em diferentes graus, em quase todas as instituições existentes nas regiões de colonização alemã, especialmente no sul do país.

## **PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO: O ESTADO NOVO EM AÇÃO**

O pensamento e a ideologia enfatizados entre os teuto-brasileiros de preservação do germanismo serviu como motivo de preocupação para as classes governantes

brasileiras e, quando Getúlio Vargas, com o Estado Novo impõe o projeto de nacionalização, instala-se um conflito de interesses e idéias entre o Estado e esse grupo social.

Germanismo, nazismo e integralismo forneceram a justificativa para a ação estatal conhecida como “campanha de nacionalização” A idéia não era nova. Os germanistas, desde a década de vinte, e sobretudo, a partir da revolução de 1930, alertavam para a ascensão de tendências que chamavam de “nativistas” e que se voltavam contra tudo o que fosse “estrangeiro” e não se enquadrasse na tradição portuguesa ou luso-afro-indígena. (GERTZ, 1998:63).

Neste sentido, o projeto de nacionalização idealizado pelo Estado Novo atingia em cheio as concepções em voga no grupo teuto-brasileiro, visto que este projeto tinha como seu objetivo primordial a eliminação de “quistos sociais” e a possibilidade de “abrasileiramento” de todos os que aqui viviam e que ainda não possuíam, no entender do Estado Brasileiro, a consciência e o patriotismo verde-amarelo.

O episódio da nacionalização mostra bem o projeto brasileiro do período pós-1937. De feição conservadora e autoritária, foi ele marcado pelo caráter excludente, avesso à convivência pluralista e diversificada. A formação do Estado Novo passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. (SCHWARTZMANN, 1984:166).

Maria Celina de Araújo partiu da premissa de que o projeto de nacionalização idealizado e executado pelo Estado Novo tinha como uma das suas finalidades a preocupação com possíveis influências “exógenas” vindas dos imigrantes e disseminadas até mesmo entre os brasileiros, visando expressar a vontade de seu país de origem no território nacional: “uma medida de segurança se juntava a um ideal de nacionalidade” (ARAUJO, 2000:35).

Neste sentido, o Estado Brasileiro via todas as formas de cultivo da germanidade e da consciência alemã como um perigo à integridade e ao processo de “abrasileiramento” de todos aqueles que residiam em solo brasileiro. Entendia que os nacionalismos, o brasileiro e o alemão, não poderiam conviver pacificamente, ou seja, todos deveriam ser legitimamente brasileiros.

Esse pensamento era evidente especialmente nas correspondências de autoridades ligadas ao processo no Estado Novo. Góis Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército, com base em observações feitas pelo Comando da 5ª. Região Militar

do Sul, dá o seu parecer ao então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, sobre o projeto de nacionalização, afirmando que: “verifica-se mais uma demonstração de preocupação de nossas autoridades, quanto às conseqüências funestas de uma colonização no nosso país, mal orientada, sem a necessária diretriz do governo e controle indispensável”. (Campanha de nacionalização. Ofício reservado nº. 4, de 24 de janeiro de 1938, do chefe do Estado-Maior do Exército ao Ministro da Guerra – assinado por Góis Monteiro. Arquivo Gustavo Capanema, CG 34.11.30, FGV-CPDOC).

Adiante Góis Monteiro afirma que, de todos os grupos de estrangeiros residentes no Brasil, com toda a certeza, o grupo que trará maior dificuldade ao projeto de nacionalização do Governo Vargas é justamente o dos alemães aqui radicados. “Achando que de todos os elementos radicados no nosso país, os mais bem organizados são os alemães, devido ao seu isolamento em que procuram viver, transmitindo aos seus descendentes, língua, costumes, crença, mentalidade, cultura e patriotismo” (Campanha de nacionalização. Ofício reservado nº. 4, de 24 de janeiro de 1938, do chefe do Estado-Maior do Exército ao Ministro da Guerra – assinado por Góis Monteiro. Arquivo Gustavo Capanema, CG 34.11.30, FGV-CPDOC).

Interessante, ainda se observar que, no documento assinado por Góis Monteiro, destaca-se que “a colonização alemã é a mais perniciosa, porque tem atrás de si, com a política da Alemanha hoje, uma política capaz não só de encorajá-la como mesmo de protegê-la quer pela força, quer pelas injunções diplomáticas” (Campanha de nacionalização. Ofício reservado nº. 4, de 24 de janeiro de 1938, do chefe do Estado-Maior do Exército ao Ministro da Guerra – assinado por Góis Monteiro. Arquivo Gustavo Capanema, CG 34.11.30, FGV-CPDOC).

Este ideal de nacionalidade associado a uma questão de segurança nacional, que ganhou ainda mais notoriedade com a ascensão e influência do nazismo, serviu como pretexto para toda uma ação repressiva do estado para com o grupo alemão, pois a imagem de que o nacionalismo brasileiro corria perigo era clara no pensamento dos dirigentes do Estado Brasileiro.

Desagregar o grupo alemão era garantir a unidade nacional e combater as influências nazistas em território brasileiro. Com esse novo ingrediente o governo poderia legitimar-se como protetor de uma identidade nacional. Tudo se passa como se a nacionalidade brasileira, já constituída, estivesse sofrendo a ameaça de ser destruída pela ação de grupos estrangeiros afinados com o nazismo. (SCHWARTZMANN, 1984: 145).



Simon Schwartzmann lembra ainda que o projeto de nacionalização deveria, em especial, privilegiar o aspecto educacional.

Primeiro haveria de dar um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas e em outros instrumentos formativos. [...] tiveram preferência os aspectos relacionados com o ufanismo verde-amarelo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades. Não faltava a esta noção de brasilidade, transmitida nas publicações oficiais e nos cursos de educação moral e cívica, a ênfase no catolicismo do brasileiro, em detrimento de outras formas menos legítimas de religiosidade. Finalmente, a nacionalidade deveria firmar-se pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território nacional. (SCHWARTZMANN, 1984:141).

Interessante se destacar neste momento a forma como o Estado Brasileiro pretendia unificar as diversas e diferentes etnias que viviam em solo brasileiro. Essa unificação aconteceria especialmente através de uma ação estatal via educação.

Neste ponto, Ernest Gellner, teórico da escola instrumentalista do conceito de nação, nos auxilia quando procura explicar o papel que o Estado tem na imposição de um determinado nacionalismo a todos que ocupam um mesmo território, como foi o caso brasileiro.

Segundo Gellner, é o nacionalismo que origina a nação e molda a sua estrutura. “É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. Reconhecidamente o nacionalismo utiliza a proliferação de culturas ou a riqueza cultural, preexistente, herdadas historicamente, embora o faça selectivamente (sic) e muito freqüentemente as transforme de forma radical” (GELLNER, 1983: 89).

Esta estruturação se daria, segundo Gellner, justamente através de uma ação educacional abrangente e massificadora de ideais nacionalistas.

O nacionalismo constitui essencialmente a imposição geral de uma cultura erudita a uma sociedade onde, anteriormente, as culturas populares tinham ocupado as vidas da maioria, e nalguns casos da totalidade da população. Isto implica a difusão generalizada de um idioma mediatizado pela escola e supervisionado academicamente [...]. É o estabelecimento de uma sociedade impessoal e anônima, com indivíduos atomizados, reciprocamente substituíveis, unidos acima de tudo por uma cultura comum deste tipo, que vem tomar o lugar de uma anterior estrutura complexa de grupos locais, mantida por culturas populares reproduzidas local e idiossincraticamente pelos próprios microgrupos. (GELLNER, 1983: 91).

Explicando o posicionamento de Gellner sobre a educação estatal como formadora do nacionalismo, Natividad Gutierrez Chong, em seu trabalho *Mitos nacionalistas e identidades étnicas*, afirma como este processo aconteceria.

[...] Gellner postula que o Estado-Nação (resultado do nacionalismo) se concebe como uma etapa da evolução humana. De sorte que sua linha de argumentação é a seguinte: o nacionalismo começa a existir mediante a educação estatal, já que facilita a comunicação que traspasa os limites locais, e não mediante a vida “familiar e comunitária” (CHONG, 2001: 36).

Eric Hobsbawm também compreende a questão da educação estatal como fomentadora de um princípio ou de uma definição de nacionalismo. Lembra especialmente o papel desempenhado pelas escolas primárias como fonte para uma propagação de idéias nacionalistas.

Naturalmente, os Estados iriam usar a maquinaria de comunicação, crescentemente poderosa junto a seus habitantes, sobretudo, as escolas primárias – para difundir a imagem e a herança da “nação” e inculcar adesão a ela, bem como ligá-los ao país e à bandeira, freqüentemente “inventando tradições”, ou mesmo nações, com esse objetivo. (HOBSBAWM, 1991: 112).

Desta forma, o que se viu no período do Estado Novo por parte do Estado Brasileiro foi uma ação massiva de fomentação de uma identidade brasileira para com todos os grupos étnicos aqui residentes, ação essa que passava por uma formação lingüística e educacional, que motivasse o apego à pátria brasileira, ação que, se necessária fosse, seria repressora para aqueles que possuíssem outros pensamentos e ideologias e que, no entender do Estado Brasileiro, fossem perigosos para o seu projeto de “identidade” brasileira.

Novamente os conceitos de Gellner sobre a questão dos nacionalismos, são elucidativos para a compreensão da prática das autoridades brasileiras no Estado Novo.

Conforme Gellner (1983:12), para os nacionalistas, as fronteiras étnicas que determinam justamente o distanciamento e as diferenças entre os grupos que residem num determinado espaço devem ser reduzidas ao passo que prejudicam esta unificação. As fronteiras étnicas não podem servir como obstáculo para a nacionalização de todos que habitam uma mesma região.

Em suma, o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado – uma contingência já formalmente excluída pelo princípio da sua formulação geral – não separem os detentores do poder do resto da população. (GELLNER, 1983:12).

Gellner também explica que, para que haja unidade em torno do nacionalismo, muitas vezes as autoridades exercem uma influência tamanha que todos têm que ser assimilados, ou seja, espera-se uma homogeneização de todos aqueles que habitam um determinado local ou região.

Daqui resulta que uma unidade política territorial só pode tornar-se etnicamente homogênea quando mata, expulsa ou assimila todos os não-nacionalistas. A recusa a submeter-se a tais destinos pode tornar bastante difícil a implantação pacífica do princípio nacionalista. (GELLNER, 1983:13).

Esperava-se por assim dizer, conscientizar a todos da necessidade de se assumir uma “brasilidade”, em detrimento de outras concepções de nacionalidade e cidadania. Neste sentido, não foram poucos os esforços do Estado Novo e de seus idealizadores para contemplar toda esta ação educativa e, se necessário, até mesmo repressiva para com os grupos de imigrantes e seus descendentes.

Neste sentido, essas ações incentivaram e levaram os grupos estrangeiros à repressão e à recriminação de seus usos e costumes e, no caso alemão, do uso e do ensino na língua alemã. Perseguições foram realizadas em nome de um “abrasileiramento” de todos aqueles que eram considerados estrangeiros em solo brasileiro. Alie-se a isso a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Estava assim declarado estado de beligerância contra os alemães e seus descendentes.

Martim Dreher narrou a difícil situação que enfrentaram os teuto-brasileiros nesse momento histórico.

De 1939 a 1945, nos anos da Segunda Guerra Mundial, as medidas sentidas como repressoras pelos descendentes de alemães, fizeram-se sentir com maior rigor. Proibiu-se a circulação de toda a imprensa em língua alemã, o uso do idioma teuto em lugares públicos, confiscou-se documentos em casas de teuto-brasileiros, confiscou-se as armas das sociedades de atiradores. Toda a atividade cultural, em suma, foi reduzida a zero. Com o ingresso do Brasil na Guerra (1942), ocorreram depredações e, praticamente todos os descendentes de alemães seriam atingidos. (DREHER, 1994:106).

Para o Estado Novo, portanto, *Deutschum* e brasilidade eram não apenas incompatíveis, do ponto de vista político, a germanidade era também uma ameaça à nação.

## **NACIONALISMO E CIDADANIA PARA OS TEUTO-BRASILEIROS**

Para os teuto-brasileiros, entretanto, a dicotomia ser brasileiro ou ser alemão no Brasil não era problema, pois entendiam que podiam perfeitamente conciliá-la, não deixando de lado as tradições e cultura herdada dos seus antepassados, e mesmo as trazidas para o Brasil pelos primeiros imigrantes e por eles cultivadas, e ao mesmo tempo sendo e sentindo-se brasileiros de fato e de direito.

Segundo Simon Schwartzmann, essa dicotomia podia muito bem ser respondida através dos conceitos de cidadania e nacionalidade compreendidas pelo grupo teuto-brasileiro.

Cidadania tinha a ver com vinculação ao Estado; nacionalidade, com direito de sangue. Por isso na concepção pangermânica, todos os alemães e descendentes de alemães, em todo o mundo, poderiam formar uma unidade nacional sem se constituírem, necessariamente, em traidores dos seus estados dos quais são cidadãos. Esse entendimento, considerado extremamente ameaçador as autoridades brasileiras, era para o grupo teuto-brasileiro absolutamente natural, uma vez que se consideravam brasileiros por cidadania e, como tal, cumpridores de todos os seus deveres cívicos e políticos a que o cidadão comum está sujeito. Mas sua nacionalidade alemã era mantida por suas instituições próprias: a imprensa teuto-brasileira, a escola alemã, a sociedade de caça e tiro, a Igreja Luterana e mais o uso da língua alemã. (SCHWARTZMANN, 1984:155).

O referido autor também destacou que os teuto-brasileiros “não tinham a menor dúvida com relação a sua fidelidade patriótica e muito menos da contribuição que ofereciam à formação da pátria brasileira. Consideravam-se patriotas e, em muitos casos, até mais comprometidos com o Brasil do que os luso-brasileiros”. (SCHWARTZMANN, 1984: 159).

De igual modo, Giralda Seyferth (1981:15), numa tentativa de explicar as formas de se estabelecer a nacionalidade uma pessoa, elencou três possibilidades, as quais seriam: 1º por herança de sangue (*jus sanguinis*) que excluiria critérios geográficos; 2º -

pelo local de nascimento de uma pessoa (*jus solis*); 3º. – por ambos, principalmente entre grupos de imigrantes estabelecidos fora do seu país de origem.

Este justamente era o pensamento dos imigrantes e descendentes de alemães que residiam no Brasil, inclusive o próprio termo: teuto-brasileiro (*Deutschbrasilianer*) visava dar esse caráter àqueles imigrantes que viviam em solo brasileiro. Seyferth afirma que “a categoria *Deutschbrasilianer* aparece na segunda metade do século XIX para definir o duplo pertencimento – à etnia alemã e ao estado brasileiro na qualidade de cidadão” (SEYFERTH, 1994:18).

Ricardo Rieth (2004:23), por sua vez, define o teuto-brasileiro como aquelas pessoas que nascem no Brasil, mas que têm sangue alemão. E, assim como Seyferth, Rieth concorda que, em especial, tal conceituação se deu a partir do século XIX.

A expressão “teuto-brasileiro” foi criada por uma elite intelectual alemã de pensamento liberal que emigrou ao Brasil após ser derrotada nas revoltas de 1848. Seus representantes assumiram posições de liderança nas cidades e também nas colônias. Trouxeram ao Brasil, as noções de nacionalidade, nação, cidadania e Estado vigentes no pensamento político alemão da primeira metade do século XIX. (RIETH, 2004:23).

Podemos, ao mesmo tempo, verificar e concluir que Rieth também concorda com Seyferth quando dá explicação para os termos nacionalismo e cidadania na realidade dos imigrantes.

Para a grande maioria das pessoas teuto-brasileiras, formadas especialmente no pensamento da primeira metade do século XIX, não haverá contradição entre ser simultaneamente teuto (alemão) e brasileiro. Do ponto de vista da língua, da índole, da cultura, elas são de nacionalidade alemã (*jus sanguinis*). Em face da cidadania (*jus soli*), do viver em um território submetendo-se a um Estado, elas são brasileiras. Isso jamais foi compreendido por ideólogos do nacionalismo brasileiro, que consideravam cidadania e nacionalidade sinônimos. (RIETH, 2004:23).

Sendo assim, o termo teuto-brasileiro (*Deutschbrasilianer*) inspirava a compreensão de um pluralismo étnico.

Como ideologia étnica, traz consigo uma inequívoca proposta de pluralismo étnico-cultural – cada grupo de imigrantes com direito de manter seus costumes, cultura e língua, e todos igualmente cidadãos brasileiros [...] Esse tipo de ideal pluralista entrou em choque com a concepção brasileira de nação baseada no *jus solis*, portanto, no princípio territorial como fundamento da nacionalidade e do Estado. (SEYFERTH, 1994:18).

Em síntese, os descendentes de alemães residentes no Brasil possuíam laços que os mantinham ligados à Alemanha, mas também se consideravam brasileiros e serviam à pátria com a mesma fidelidade de um brasileiro nato.

René Gertz (1994:24) também entendeu a situação dessa maneira. Os descendentes de alemães residentes no Brasil possuíam laços que os mantinham ligados à Alemanha, mas também se consideravam brasileiros e serviam à pátria com a mesma fidelidade de um brasileiro nato.

Gertz citou o exemplo de um grupo denominado: Comissão Pró 25 de julho que, criada no ano de 1934, procurava desenvolver o conceito de germanismo entre a população teuta no sul do país. Entretanto, Gertz lembra que “essa entidade sempre destacava sua absoluta fidelidade ao Estado Brasileiro [...] mas destacam simultaneamente a identificação com a cultura e o ‘povo’ alemão, portanto, sua fidelidade à nacionalidade alemã. Dissociavam assim dois conceitos que para o nacionalismo brasileiro eram indissociáveis” (GERTZ, 1994:24).

Gertz também lembrou que, na década de 30, a questão nacionalista reacendeu-se entre os teuto-brasileiros, principalmente através do movimento e da ação do Terceiro Reich Alemão. Mas, apesar disso, para muitos alemães, tanto o nacionalismo proposto pelo nazismo como uma concepção nacionalista nos moldes getulistas tinha dificuldade em se estabelecer, visto que tanto as tradições germânicas como o fato de haverem nascido no Brasil possuía relevância e importância para estas pessoas.

Não há como negar um reavivamento do “nacionalismo alemão” (Deutschtum) na década de 1930. Mesmo pessoas que se opunham de forma pública e incisiva ao nazismo [...] reforçam suas concepções germânicas. Assim o jornalista Franz Metzler ficou conhecido como um dos principais opositores da atividade nazista. Dizia aos nazistas que não tinham nada a fazer aqui, mesmo entre a população alemã ou de origem alemã, pois – na sua linguagem figurativa – a macieira e seus frutos pertencem ao dono do chão em que a árvore está plantada e não ao dono da árvore que forneceu as mudas ou as sementes. Mas Metzler também responde muito enfaticamente aos nacionalistas brasileiros: seria tolo o silvicultor que resolvesse enxertar copas de pinheiros em troncos de palmeiras pois ambos definhariam. Em outro exemplo pergunta pela qualidade de um jardim bonito. Na sua ótica a beleza de um jardim decorre justamente da multiplicidade de espécies convivendo no seu estado natural. (GERTZ, 1994:23).

Segundo também nos lembra Arthur Blasio Rambo (1999:185): “a imensa maioria deles (teuto brasileiros) [...] mantinham-se de um lado fiéis à língua, aos

costumes e aos valores de seus ancestrais, e, de outro, assumia, no plano legal, como cidadãos brasileiros com todas as conseqüências inerentes a tal situação”.

Desta forma, o que se percebe nesta dicotomia, ser alemão ou ser brasileiro, são visões diferentes quanto à questão da nacionalidade entre os envolvidos: o Estado Brasileiro e o grupo teuto-brasileiro, especialmente, através de “fronteiras étnicas”, como conceitua Fredrick Barth.

Paralelamente a isto, o perigo de uma infiltração nazista e de uma propagação de ideais nacionalistas do Terceiro Reich Alemão serviu de apoio à ação do Estado Brasileiro, na promoção de reformas que, na verdade, não chegaram a alcançar êxito pleno, ou seja, a transformação e ou a derrocada de uma ideologia representada pelo *Deutschtum* entre os teuto-brasileiros.

Simon Schwartzmann chegou até mesmo a concluir que o nacionalismo alemão serviu como ideal e ameaça ao projeto idealizado pelo Estado Novo.

Em certo sentido, pois, o nacionalismo brasileiro encontrou no nacionalismo alemão, o seu modelo, seu fantasma e seu limite. Os alemães possuíam tudo aquilo que os brasileiros gostariam de ter e serviam de fonte de inspiração para o que aqui se pretendia construir. Sal presença no Brasil, entretanto, não os transformava em aliados, mas em uma terrível ameaça ao projeto nacionalista brasileiro, com o qual competia, aparentemente, em vantagem. (SCHWARTZMANN, 1984:169-170).

Peter Gay nos auxilia na compreensão desse pensamento quando afirma que “na vida mental do indivíduo, o outro (neste caso, os teuto-brasileiros) é com bastante regularidade, tomado como um modelo, um objeto, um auxiliar e um adversário”. (GAY, 1989:131).

Para os teuto-brasileiros, por sua vez, era plenamente possível a convivência pacífica entre sua origem alemã e sua cidadania brasileira e, mesmo morando no Brasil, entendiam que suas tradições poderiam ser mantidas, preservadas e fomentadas através de várias instituições que incentivassem a germanidade entre eles.

## **REFERÊNCIAS**

*Campanha de Nacionalização. Ofício reservado 4, de 24 de janeiro de 1938, do Chefe do Estado-Maior do Exército ao Ministro da Guerra (assinado por Góis Monteiro). Arquivo Gustavo Capanema, CG 34.11.30, CPDOC-FGV.*

Obras:

ALMEIDA, Maria R.C. *Metamorfoses indígenas: Identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2003.

ARAÚJO, Maria C. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CHONG, Natividad G. *Mitos nacionalistas e identidade étnica : los intelectuales indígenas y el Estado mexicano*. México : Editorial Plaza e Valdés, 2001.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1989.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa : Gradiva, 1983.

GERTZ, René *O Perigo alemão*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_ *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1987.

GRUZINSKI, Serge *O pensamento mestiço*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

HOBBSBAWM, Eric *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne *Teorias da Etnicidade*. São Paulo : Editora da Unesp, 1997.

SCHWARTZMANN, Simon et alli *Tempos de Capanema*. São Paulo : Edusp/ Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

SEYFERTH, Giralda *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

Artigos:



BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In.: POTIGNAT, Philippe e STREIF-FENART, Jocelyne *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

GERTZ, René. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In.: SIMPOSIO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ. 10., 1994, São Leopoldo. *Nacionalização e imigração*. São Leopoldo : Editora da Unisinos, 1994.

RIETH, Ricardo. Expansão e perspectivas. In.: CONVENÇÃO NACIONAL DA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL. 58º., 2004. *Caderno de estudos*. Canela : [s.n], 2004.

SEYFERTH, Giralda Os imigrantes e a campanha de nacionalização. In.: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

---

\_\_\_\_\_ A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In.: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira (org.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura – etnicidade – história*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

---

<sup>i</sup> Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

<sup>ii</sup> Pós-Doutora em História.